



LABORATÓRIO DE INSTRUMENTAÇÃO E FÍSICA EXPERIMENTAL DE PARTÍCULAS

AVISO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL DE SELEÇÃO INTERNACIONAL PARA A CONTRATAÇÃO DE DOUTORADO AO ABRIGO DOS ARTIGOS 5º e 6º DO DECRETO-LEI Nº 57/2016, DE 29 DE AGOSTO, ALTERADO PELA LEI Nº 57/2017, DE 19 DE JULHO

Em reunião de Direção do LIP foi deliberado abrir concurso de seleção internacional para um lugar de doutorado(a) para o exercício de atividades de investigação científica na(s) área(s) científica(s) de Fenomenologia de colisões de iões pesados em regime de contrato de trabalho a termo incerto (período inicial previsto de doze meses), eventualmente renovável, com vista ao desenvolvimento das funções de investigador(a) a tempo integral, no âmbito do projeto “YoctoLHC: Yoctosecond imaging of QCD collectivity using jet observables” financiado pelo European Research Council (ERC) no programa Horizon 2020 (ERC-2018-ADG) com a referência 835105.

- 1) Requisitos: o(a) candidato(a) deve ter o grau de Doutor(a) ou equivalente nas áreas de Física Teórica das Altas Energias ou áreas relacionadas. Pretende-se contratar um(a) investigador(a) motivado(a), com experiência em física de jatos e fenómenos colectivos em colisões de iões pesados.
- 2) Plano de trabalho: o projeto YoctoLHC, liderado pelo Professor Carlos Salgado da Universidade de Santiago de Compostela/Instituto Galego de Física de Altas Enerxias (IGFAE) e desenvolvido em parceria com o Grupo de Fenomenologia do LIP e a Universidade de Jyväskylä, tem como objetivo caracterizar os instantes iniciais de formação do plasma de quarks e gluões em colisões de iões pesados a partir de modificações de estrutura de jatos hadrónicos.
- 3) Legislação aplicável:
 - ☐ Decreto n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei nº 57/2017, de 19 de julho, que aprova um regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento (RJEC).
 - ☐ Código do trabalho, aprovado Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, na sua redação atual.
 - ☐ Decreto Regulamentar nº 11-A/2017, de 29 de dezembro.
- 4) Em conformidade com o artigo 13.º do RJEC, o júri do concurso tem a seguinte composição: Doutor Guilherme Milhano, Presidente do Júri, Doutor Nuno Castro, Vogal efetivo, e Doutor Carlos Salgado, Vogal efetivo.
- 5) O local de trabalho situar-se-á no pólo de Lisboa do LIP.

6) A remuneração mensal a atribuir é a prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 57/2017, de 19 de julho, correspondente ao nível 33 da tabela remuneratória única, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 10-B/2020, de 20 de março, sendo de 2.134,73 Euros.

7) Ao concurso podem ser opositores(as) candidatos(as) nacionais, estrangeiros(as) e apátridas que sejam titulares do grau de doutor(a) em Física ou área científica afim e detentores(as) de um currículo científico e profissional que revele um perfil adequado à atividade a desenvolver. Caso o doutoramento tenha sido conferido por instituição de ensino superior estrangeira, o mesmo tem de obedecer ao disposto no Decreto-Lei no. 66/2018, de 01 de janeiro de 2019, devendo quaisquer formalidades aí estabelecidas estar cumpridas até à data do termo do prazo para a candidatura.

8) Nos termos do artigo 5.o do RJEC a seleção realiza-se através da avaliação do percurso científico e curricular dos candidatos.

9) A avaliação do percurso científico e curricular incide sobre a relevância, qualidade e atualidade:

a) Da produção científica, tecnológica dos últimos cinco anos considerada mais relevante pelo candidato;

b) Das atividades de investigação aplicada, ou baseada na prática, desenvolvidas nos últimos cinco anos e consideradas de maior impacto pelo candidato;

c) Das atividades de extensão e de disseminação do conhecimento desenvolvidas nos últimos cinco anos, designadamente no contexto da promoção da cultura e das práticas científicas, consideradas de maior relevância pelo candidato;

d) Das atividades de gestão de programas de ciência, tecnologia e inovação, ou da experiência na observação e monitorização do sistema científico e tecnológico ou do ensino superior, em Portugal ou no estrangeiro.

10) O período de cinco anos referido no ponto anterior pode ser aumentado pelo júri, a pedido do(a) candidato(a), quando fundamentado em suspensão da atividade científica por razões socialmente protegidas, nomeadamente, por motivos de licença de parentalidade, doença grave prolongada, e outras situações de indisponibilidade para o trabalho legalmente tuteladas.

11) São critérios de avaliação o percurso científico e curricular. A apreciação do CV dos candidatos, nomeadamente do mérito científico e capacidade de investigação através da qualidade e difusão dos resultados da atividade de investigação científica e da participação em projetos de investigação nas áreas relacionadas com o programa de trabalhos previsto.

12) Cada membro do júri de seleção valorizará os critérios para cada candidato(a), tendo em conta os requisitos das funções a desempenhar, a adequação da experiência anterior, a sua relação com as áreas e sub-áreas em causa, e a sua experiência em análise de dados.

13) O júri delibera através de votação nominal fundamentada de acordo com os critérios de seleção adotados e divulgados, não sendo permitidas abstenções.

14) Das reuniões do júri são lavradas atas contendo um resumo do que nelas houver ocorrido, bem como os votos emitidos por cada um dos membros e respetiva fundamentação, que serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

15) Após conclusão da aplicação dos critérios de seleção, o júri procede à elaboração da lista ordenada dos candidatos aprovados com a respetiva classificação.

16) A deliberação final do júri é homologada pelo dirigente máximo da instituição a quem compete também decidir da contratação.

17) A formalização das candidaturas efetua-se mediante o envio de:

a) carta de motivação do(a) candidato(a)

b) curriculum Vitae completo;

c) cópia dos certificados de habilitação relevantes. O comprovativo do registo de diplomas estrangeiros deverá ser entregue após a seleção.

d) Outros documentos que o(a) candidato(a) considere relevantes para a avaliação da habilitação e comprovação do currículo.

18) Os candidatos apresentam os seus requerimentos e documentos comprovativos, de preferência em suporte digital, em formato de PDF, para o endereço de correio eletrónico natalia@lip.pt. O concurso encontra-se aberto de 15 de julho a 31 de julho de 2020, até às 17:00.

19) São excluídos da admissão ao concurso os candidatos que formalizem incorretamente ou de forma incompleta a sua candidatura ou que não comprovem os requisitos exigidos no presente concurso. Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

20) As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

21) A lista de candidatos admitidos e excluídos, bem como a lista de classificação final são afixadas nas instalações sitas em Av. Prof. Gama Pinto, no 2, 1649-003 Lisboa, publicitadas na página eletrónica do LIP em <http://www.lip.pt>, sendo os candidatos notificados por e-mail com recibo de entrega da notificação.

22) Audiência Prévia e prazo para a Decisão Final: Nos termos do artigo 121.o do Código do Procedimento Administrativo, após notificados, os candidatos têm 10 dias úteis para se pronunciar. No prazo de 90 dias, contados a partir da data limite para a apresentação das candidaturas, são proferidas as decisões finais do júri.

23) O presente concurso destina-se, exclusivamente, ao preenchimento da vaga indicada, podendo ser feito cessar até a homologação da lista de ordenação final dos candidatos e caducando com a respetiva ocupação do posto de trabalho em oferta.

24) Política de não discriminação e de igualdade de acesso: O LIP promove ativamente uma política de não discriminação e de igualdade de acesso, pelo que nenhum candidato(a) pode ser privilegiado(a), beneficiado(a), prejudicado(a) ou privado(a) de qualquer direito ou isento/a de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, género, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

25) Este concurso foi aprovado em reunião do júri, no dia 13 de Julho de 2020.

26) Nos termos do D.L. no 29/2001, de 3 de fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os candidatos devem declarar no formulário de candidatura, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos do diploma supramencionado.